



CONVENÇÃO COLETIVA

DATA BASE: NOVEMBRO/2013

Sindicato Profissional: Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul, registrado no MTB sob o nº 46000.007655 de 1995, inscrito no CNPJ sob o nº 95.438.800/0001-03.

Sindicato Patronal: Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul, registrado no MTB sob o nº 24000.010995/88 de 1964, inscrito no CNPJ sob o nº 95.439.089/0001-01.

Abrangência: empregados no comércio varejista de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol, Herveiras e Gramado Xavier.

CLÁUSULA 01 – REAJUSTE SALARIAL – Os salários dos empregados abrangidos pelo presente acordo serão majorados em 1º de novembro de 2013, em 8,10 % (oito vírgula dez por cento), a incidir sobre o salário de novembro de 2012.

CLÁUSULA 02 - REAJUSTE SALARIAL PROPORCIONAL – A taxa de reajustamento do salário do empregado que haja ingressado na empresa após a data base será proporcional ao tempo de serviço e terá como limite o salário reajustado do empregado exercente da mesma função, admitido até 12 (doze) meses antes da data base.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de o empregado não ter paradigma ou em se tratando de empresa constituída e em funcionamento após a data base da categoria, será proporcional ao tempo de serviço ou fração superior a 15 (quinze) dias com adição ao salário da época da contratação, conforme tabela abaixo:

MÊS DE ADMISSÃO	% de reajuste	MÊS DE ADMISSÃO	% de reajuste
Novembro / 2012	8,10	Maior / 2013	4,07
Dezembro / 2012	7,54	Junho / 2013	3,71
Janeiro / 2013	6,77	Julho / 2013	3,56
Fevereiro / 2013	5,81	Agosto / 2013	3,56
Março / 2013	5,28	Setembro / 2013	3,40
Abril / 2013	4,67	Outubro / 2013	3,13

Parágrafo Segundo – Não poderá o empregado mais novo na empresa, por força do presente acordo, perceber salário superior ao mais antigo na mesma função.

SINDILOJAS VALE DO RIO PARDO

CLÁUSULA 03 – COMPENSAÇÕES – Poderão ser compensados nos reajustes previstos no presente acordo os aumentos salariais, espontâneos ou coercivos, concedido durante o período revisando, exceto provenientes de término de aprendizagem; implemento de idade; promoção por antiguidade ou merecimento; transferência de cargo, função, estabelecimento ou localidade; e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

CLÁUSULA 04 – SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL – Os salários mínimos profissionais da categoria vigorarão, a partir do mês de novembro/2013 com os seguintes valores:

- I) Para os admitidos até 31 de Outubro de 2013, inclusive:
 - A) Empregados em Geral: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais);
- II) Para os Admitidos em Novembro e Dezembro de 2013:
 - A) Empregados em Geral: R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais);

Parágrafo primeiro – Fica estabelecido que a **partir de janeiro/2014**, inclusive, os Salários Mínimos profissionais da categoria vigorarão com os seguintes valores:

- I) Empregados em Geral: R\$ 910,00 (novecentos e dez reais);

Parágrafo segundo – Fica estabelecido que a **partir de abril/2014** (inclusive), haverá uma antecipação salarial de 3% (três por cento), para todos os salários e pisos, passando os salários a vigorarem com os seguintes valores:

- I) Empregados em Geral: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais);

Parágrafo terceiro – Fica assegurado que os pisos salariais previstos na presente cláusula não serão inferiores ao Salário Mínimo Nacional durante a vigência desta convenção, podendo o percentual assim concedido ser compensado na data base seguinte.

CLÁUSULA 05 – ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO – As empresas concederão a todos os integrantes da categoria profissional um adicional 4% (quatro por cento) por quinquênio de serviço na mesma empresa, sobre a remuneração.

Parágrafo primeiro – A contagem de tempo cumulativo para fins de concessão do adicional por tempo de serviço previsto no “caput” desta cláusula, se interromperá nos seguintes casos:

- a) Quando do retorno do empregado à mesma empresa, e no interregno de afastamento, o mesmo tenha laborado em outra empresa, que não for do mesmo grupo.
- b) No período de 01.11.13 a 31.10.14, se o empregado retornar a mesma empresa após 24 meses de afastamento, respeitando a alínea “a”.
- c) A partir de 01.11.14, se o empregado retornar a mesma empresa após 12 de afastamento, respeitando a alínea “a”.

SINDILOJAS VALE DO RIO PARDO

CLÁUSULA 06 – QUEBRA DE CAIXA – As empresas concederão um adicional de quebra-de-caixa a todos os empregados que exerçam a função de caixa, no valor mínimo de 10% (dez por cento) da remuneração.

CLÁUSULA 07 – AUXILIO FUNERAL – Em caso de falecimento de empregado por acidente de trabalho o empregador fica obrigado a pagar auxílio-funeral aos dependentes do mesmo em valor correspondente a 01 (hum) Salário Normativo da categoria.

CLÁUSULA 08 – AUXILIO CRECHE – As empresas que não mantiverem creches junto ao estabelecimento ou de forma conveniada pagarão à suas empregadas mulheres, por filho menor de 06 (seis) anos de idade, auxílio mensal em valor equivalente a 0,10 (um décimo) do Salário Normativo da categoria profissional independente de qualquer comprovação de despesas.

CLÁUSULA 09 – DESCONTOS EM FOLHA – As empresas ficam autorizadas a descontarem dos empregados os valores correspondentes a seguros de vida em grupo e ou descontos provenientes com UNIMED, UNIODONTO, TICKET REFEIÇÃO, e TICKET ALIMENTAÇÃO, desde que autorizados individualmente por escrito, pelos empregados.

CLÁUSULA 10 – FÉRIAS PROPORCIONAIS – Fica assegurado aos integrantes da categoria profissional suscitante a percepção das férias proporcionais no pedido de demissão (rescisão por iniciativa do empregado).

CLÁUSULA 11 – REPOUSO REMUNERADO – O repouso semanal do empregado comissionado será calculado com base no total das comissões auferidas no mês, dividido pelos dias trabalhados nos exercícios da função e multiplicado pelos domingos e feriados a que fizer jus. A remuneração do empregado que perceba salários mistos, será composta basicamente, pelas comissões e repouso semanal remunerado, somando ao salário fixo.

CLÁUSULA 12 – CLÁUSULA PARA AS COMISSÕES – As parcelas rescisórias, a gratificação natalina, a licença maternidade e as férias dos comissionistas, serão calculadas tornando-se por base, a média das comissões corrigidas pelo INPC/IBGE, auferidas nos últimos doze meses de trabalho.

CLÁUSULA 13 – GRATIFICAÇÃO NATALINA – As empresas se obrigam a pagar 50% (cinquenta por cento) da gratificação natalina, aos empregados que a requeiram, na forma do parágrafo único, até 03 (três) dias após o recebimento do aviso de férias.

Parágrafo Único – O requerimento de férias deverá ser feito em formulários a serem confeccionados pela entidade acordante em três vias, ficando uma via com o empregado, outra com a empresa e outra com o sindicato obreiro.

 **SINDILOJAS VALE DO RIO PARDO** 

CLÁUSULA 14 – CONFERÊNCIA DE CAIXA – A conferência de caixa deve ser procedida à vista do empregado por ela responsável, sob pena de impossibilidade de ulterior cobrança de diferenças apuradas posteriormente.

CLÁUSULA 15 – EXIGÊNCIA DE UNIFORMES – As empresas que exigirem de seus empregados o uso de uniformes, devem fornecê-los sem qualquer ônus, em número de 02 (dois) por ano, a título de empréstimo para uso exclusivo em serviço, ficando estabelecido que os mesmos serão devolvidos às empresas, qualquer que seja o seu estado de conservação.

Parágrafo Único – Quando a empresa exigir determinado tipo de sapato ou meias deverá fornecê-las e/ou substituí-las sempre que necessário.

CLÁUSULA 16 – MAQUILAGEM – Quando as empresas exigirem que suas empregadas trabalhem maquiladas deverá fornecer o material necessário que deverá ser adequado a sua tez.

CLÁUSULA 17 – TREINAMENTO DE EMPREGADOS COMISSIONADOS – Os dias de treinamento de empregados comissionados, quando integram o programa de desenvolvimento dos Recursos Humanos das empresas e objetivarem o aperfeiçoamento profissional dos participantes não necessitam ser compensados na remuneração variável.

CLÁUSULA 18 – DISPENSA DO AVISO PRÉVIO – No caso de aviso prévio dado pela empresa fica a mesma obrigada a dispensar do cumprimento do referido período, o empregado que comprovar a obtenção de novo emprego, hipótese em que o empregador pagará os dias efetivamente trabalhados durante aviso prévio, bem como, as demais parcelas rescisórias.

Parágrafo Único – As empresas que dispensarem seus empregados de comparecerem ao trabalho durante o aviso prévio são obrigadas a fazê-lo por escrito.

CLÁUSULA 19 – DISPENSA POR JUSTA CAUSA – As empresas se obrigam a fornecer aos seus empregados despedidos por justa causa, os motivos que a determinaram, sob pena de ser considerada imotivada.

CLÁUSULA 20 – ESTABILIDADE DE EMPREGO PARA GESTANTE – Fica assegurada a estabilidade provisória da empregada gestante, a partir da confirmação da gravidez, até 60 (sessenta) dias após o retorno da licença prevista em lei.

Parágrafo Único – No prazo até 10 (dez) dias do recebimento do aviso por dispensa sem justa causa, a empregada deverá provar o seu estado gravídico, sob pena de decair do direito da estabilidade provisória neste acordo.

SINDILOJAS VALE DO RIO PARDO





CLÁUSULA 21 – ESTABILIDADE – Fica assegurada a estabilidade provisória durante 12 (doze) meses anteriores a implementação da carência necessária à concessão do benefício de aposentadoria ao empregado que mantenha o contrato de trabalho com a mesma empresa pelo prazo de 05 (cinco) anos ininterruptos. Aplica-se também tal requisito no caso de aposentadoria especial.

Parágrafo primeiro – Para a concessão da estabilidade provisória acima prevista, o empregado deverá comprovar perante o empregador a averbação do tempo de serviço mediante certidão expedida pela Previdência Social. A apresentação da certidão poderá ser dispensada caso o empregador, a vista dos documentos fornecidos pelo empregado, verifique a existência do tempo de serviço necessário à concessão de benefício.

Parágrafo segundo – A concessão prevista nesta cláusula ocorrerá uma vez, não se aplicando nas hipóteses de encerramento das atividades da empresa, dispensada por justa causa ou pedido de demissão.

CLÁUSULA 22 – LIVRO PONTO OU CARTÃO MECANIZADO – As empresas que tiverem mais de 05 (cinco) empregados se obrigam a manterem livro-ponto ou cartão-mecanizado, onde o empregado deverá registrar sua presença ao trabalho, intervalo e jornada extraordinária.

CLÁUSULA 23 – ABONO DE PONTO GESTANTE – Fica assegurada à empregada gestante o abono de uma falta mensal para consulta médica, mediante comprovação por declaração médica ou apresentação da carteira gestante.

CLÁUSULA 24 – ABONO DE PONTO PIS – Fica assegurada a dispensa do empregado por meio turno do expediente normal, sem prejuízo salarial, para a retirada das parcelas do PIS e durante um dia, quando o seu domicílio bancário for fora do município, salvo quando a empresa adotar o sistema de pagamento direto.

CLÁUSULA 25 – ATESTADO MÉDICO – As empresas são obrigadas a aceitarem atestados médicos para justificação de faltas de serviço, expedidos por médicos particulares.

CLÁUSULA 26 – ANOTAÇÃO DAS COMISSÕES – As empresas que remuneram seus empregados à base de comissões se obrigam a anotar na CTPS, ou em contratos individuais, o percentual aplicado para o cálculo dessas comissões.

CLÁUSULA 27 – ANOTAÇÃO DA FUNÇÃO NA CTPS – As empresas são obrigadas a anotarem na CTPS de seus empregados a função por eles efetivamente exercida no estabelecimento.

 SINDILOJAS VALE DO RIO PARDO 

CLÁUSULA 28 – DISCRIMINAÇÃO DOS PAGAMENTOS – As empresas devem fornecer aos seus empregados discriminativos dos pagamentos efetuados através de cópias de recibos ou envelopes de pagamento, onde constem as especificações das parcelas pagas e descontadas.

CLÁUSULA 29 – CÓPIA DE CONTRATO DE EXPERIÊNCIA – As empresas devem entregar cópia do Contrato de Experiência ao empregado, por ocasião de sua admissão, o qual não poderá ser celebrado por prazo inferior a (quinze) dias.

CLÁUSULA 30 – DIVULGAÇÃO EM QUADRO MURAL – As empresas deverão permitir a divulgação em quadro mural, com acesso aos empregados, de editais, avisos e notícias sindicais editadas pelo sindicato obreiro.

CLÁUSULA 31 – NEGOCIAÇÃO COLETIVA – É obrigatória a participação do sindicato patronal nas negociações coletivas de trabalho. Antes de qualquer movimento reivindicatório ou reclamação de natureza coletiva diretamente junto às empresas representadas pelo Sindicato do Comercio Varejista de Santa Cruz do Sul, o Sindicato dos Empregados no Comercio de Santa Cruz do Sul, se obriga a encaminhar a postulação e/ou reclamação através do Sindicato Patronal acima mencionado, de forma escrita.

CLÁUSULA 32 – MULTA – DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – O descumprimento de qualquer das cláusulas do presente acordo coletivo que contenha obrigação de fazer, obrigará ao estabelecimento empregador a pagar multa equivalente a 5% (cinco por cento) do salário mínimo por empregado, e em benefício do mesmo, desde que não possua, a cláusula, multa específica ou não haja previsão legal a respeito.

Parágrafo Único – A presente cláusula somente será aplicada após comunicação escrita pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul, ao Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul, que não sanar a irregularidade apontada ou denunciada em 20 (vinte) dias.

CLÁUSULA 33 – ASSISTÊNCIA DO SINDICATO NAS RESCISÕES CONTRATUAIS – Obrigação de as rescisões de contrato de trabalho e pedido de demissão de integrantes da categoria profissional suscitante, com 180 (cento e oitenta) dias ou mais de contratualidade, serem assistidas pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul, sob pena de nulidade plena do ato, respeitado o disposto no art. 477, da CLT ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho.

CLÁUSULA 34 – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL (DISSÍDIO) – As empresas recolherão ao SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SANTA CRUZ DO SUL, uma contribuição considerada como ônus da própria empresa, mediante guias fornecidas pelo favorecido, no valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor bruto da folha de pagamento, pagáveis da seguinte forma:

 **SINDILOJAS VALE DO RIO PARDO** 

- 5% (cinco por cento) sobre a folha de novembro/2013, com vencimento em 10.12.2013.
- 5% (cinco por cento) sobre a folha de abril/2014, com vencimento em 10.05.2014.

Parágrafo Primeiro – O valor mínimo de cada parcela prevista no “caput” desta cláusula, inclusive para as empresas que não possuam empregados, será de R\$ 86,00 (oitenta e seis reais).

Parágrafo Segundo – O não recolhimento dos valores estipulados no “caput” e parágrafo primeiro desta cláusula, dentro do prazo previsto, acarretará multa de 10% (dez por cento), acrescida de multa adicional de 2% (dois por cento) por mês de atraso no recolhimento e juros SELIC ao mês e correção monetária.

CLÁUSULA 35 - DESCONTO ASSISTENCIAL - Por autorização expressa da categoria profissional, conforme decisão da Assembléia, ficam as empresas obrigadas a descontar de todos os seus empregados, o valor correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração, cujos valores deverão ser recolhidos aos cofres do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SANTA CRUZ DO SUL da seguinte forma:

- a) 4% (quatro por cento) sobre a remuneração dos empregados no mês de novembro/2013, com vencimento em 10/12/2013;
- b) 4% (quatro por cento) sobre a remuneração dos empregados no mês de abril/2014, com vencimento em 10/05/2014.

Parágrafo Primeiro – O recolhimento dos valores estipulados no caput desta cláusula, fora do prazo previsto, acarretará multa de 100% (cem por cento), acrescida de multa adicional de 20% (vinte por cento) por mês de atraso no recolhimento e juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária.

Parágrafo Segundo – As empresas descontarão e recolherão ao SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SANTA CRUZ DO SUL, na forma desta cláusula, o valor correspondente a 8% (oito por cento) do salário contratual do empregado que vier a ser admitido durante a vigência da presente Convenção Coletiva.

Parágrafo Terceiro – Fica garantido ao trabalhador o direito de se opor ao desconto da contribuição prevista nesta cláusula, desde que o mesmo encaminhe ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul manifestação por escrito neste sentido no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura da presente convenção coletiva.

CLÁUSULA 36 – CÓPIA DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO – As empresas ficam obrigadas a encaminhar aos respectivos Sindicatos, cópia das guias de recolhimento dos descontos e contribuições previstas nas Cláusulas 34 e 35 acima, no prazo de 10 (dez) dias de sua efetivação, bem como, a relação dos empregados com as respectivas remunerações.

CLÁUSULA 37 - DESCONTO DAS MENSALIDADES SINDICAIS – As empresas descontarão mensalmente dos empregados associados ao Sindicato dos Comerciantes, em

SINDILOJAS VALE DO RIO PARDO

folha de pagamento, conforme aprovado e autorizado em Assembléia Geral da categoria, a Mensalidade Sindical no percentual de 1% (um por cento) da remuneração do empregado.
Parágrafo único – O recolhimento das importâncias objeto do desconto previsto no “caput” desta cláusula deverá ser efetuado diretamente na secretaria do Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul, em guias próprias fornecidas pela entidade, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao desconto.

CLÁUSULA 38 – APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO SINDICAL - Por ocasião da rescisão de contrato dos integrantes da categoria profissional suscitante, conforme cláusula 33, as empresas ficam obrigadas a apresentar as Certidões de Regularidade Sindical do sindicato suscitante, bem como do sindicato suscitado.

CLÁUSULA 39 – RECOMPOSIÇÃO SALARIAL NA RESCISÃO – Por ocasião de rescisão contratual, nos Avisos prévios concedidos entre 01.01.2014 e 01.09.2014, deverá o salário base do empregado ser recomposto com base no INPC/IBGE acumulado desde a data até o mês anterior ao da rescisão, devendo o salário resultante ser utilizado como base de cálculo para pagamento das verbas rescisórias a que o trabalhador tiver direito.


CLÁUSULA 40 – PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS – As diferenças salariais decorrentes da presente Convenção Coletiva relativas ao mês de novembro de 2013, se não pagas no respectivo mês, deverão ser quitadas através de Folha de Pagamento Complementar.

CLÁUSULA 41 – VIGÊNCIA – As condições estabelecida na presente Convenção Coletiva vigoram pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 1º de novembro de 2013, não integrando, de forma definitiva, depois de expirado o prazo de vigência, os contratos individuais de trabalho.

Santa Cruz do Sul, 29 de novembro de 2013.



Afonso Schwengber
CPF nº 172.775.070-53
*Sindicato dos Empregados no Comércio
de Santa Cruz do Sul*



Henrique Jose Gerhardt
CPF nº 172.792.910-15
*Sindicato do Comércio Varejista
de Santa Cruz do Sul*

SINDILOJAS VALE DO RIO PARDO

**ACORDO COLETIVO DE PRORROGAÇÃO, ALTERAÇÃO E/OU
COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO VÁLIDO A PARTIR DE 1º DE
DEZEMBRO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

O Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul e o Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul, por seus representantes legais, devidamente autorizados por suas assembleias, obrigam-se da seguinte forma:

1. As empresas representadas pelo Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul no município de **Santa Cruz do Sul** estão autorizadas a promover horários especiais de abertura do comércio no mês de dezembro/2013, conforme segue:
 - a. Nos dias 7, 14 e 21 de dezembro de 2013 (sábados) as empresas poderão abrir na parte da tarde até às 17 horas;
 - b. Nos dias 17, 18, 19, 20 e 23 de dezembro de 2013 as empresas poderão prorrogar o horário de abertura até às 22 horas;
 - c. No dia 24 e 31 de dezembro de 2013 as empresas poderão permanecer abertas somente até as 17 horas;
 - d. No dia 22 de dezembro (domingo) as empresas poderão abrir das 16 às 22 horas.
 - e. Nos dias 01, 08, 15 e 29 de dezembro de 2013 (domingos) as empresas permanecerão FECHADAS.
2. No período de 1º a 31 de dezembro de 2013, as horas elaboradas como extraordinárias pelos empregados das empresas representadas pelo Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul no município de **Santa Cruz do Sul**, serão acrescidas de 75% (Setenta e cinco por cento) ou folga em dobro, ficando esta opção a critério do empregado.
 - a) Fica acordado que as folgas das horas extraordinárias poderão ser compensadas até o dia 31.03.2014.
 - b) Fica acordado que as horas extraordinárias dos comissionistas serão calculadas tomando-se por base, a média das comissões auferidas nos últimos doze meses de trabalho.
3. Os empregados que trabalharem as duas horas extraordinárias decorrente da prorrogação da jornada de trabalho, terão direito a um lanche, custeado pelo empregador. Fica estipulado entre as partes que o lanche concedido não terá caráter de natureza salarial. O empregador repassará ao empregado o valor de R\$ 12,50 (doze reais e cinquenta centavos) para compra do mesmo.
4. Os acordantes estabelecem, ainda, que no dia 22 de dezembro de 2013 (Domingo), o comércio funcionará sob as seguintes regras abaixo estabelecidas:

- a) A abertura das lojas representadas pelo sindicato acima qualificado será das 16:00 às 22:00 horas, não podendo o horário exceder a seis horas. O Domingo

SINDILOJAS VALE DO RIO PARDO





Vale do Rio Pardo laborado pelo empregado gerará direito a um prêmio de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais), por empregado, de natureza indenizatória, que não será integrado a seu salário para qualquer efeito legal, devendo ser pago até o dia 24 de dezembro de 2013.

- b) O empregado terá, ainda, por seis horas trabalhadas no domingo, direito a compensação com repouso semanal, correspondente a um dia de folga (08 horas) sendo 50% dos funcionários no dia 03.03.2014 e os outros 50% dos funcionários no dia 31.03.2014.
 - c) Somente estarão autorizados a trabalhar no domingo previsto neste acordo os empregados e estabelecimentos comerciais que comprovarem estar em dia com a Contribuição Sindical, a Contribuição Assistencial e as Mensalidades, em favor das respectivas entidades sindicais.
 - d) Os comerciários que em seu contrato de trabalho já possuam cláusula estabelecendo o trabalho aos domingos, ficam excluído das alíneas "a" e "b" da cláusula "4" do presente acordo.
 - e) As empresas deverão encaminhar ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul, até o dia 15/02/2014, relação por escrito contendo o nome completo dos empregados e a respectiva data de concessão da folga prevista na alínea "b" acima.
5. Por força deste Acordo Coletivo a empresa que prorrogar alterar e/ou compensar a sua jornada fica dispensada de firmar acordo individual com o seu empregado. Para tanto as respectivas horas extraordinárias serão anotadas nos respectivos livros ou cartões pontos para posterior quitação ou compensação.
 6. As empresas que já possuem no contrato individual de trabalho e que pratiquem horários diferenciados e não aderirem ao calendário de horários e abertura do presente Acordo Coletivo estão excluídas do mesmo.
 7. Ficam excluídas do cumprimento das cláusulas 1 e 4 do presente Acordo Coletivo as empresas que trabalharem exclusivamente com a utilização de mão de obra de seus sócios.
 8. O Sindicato obreiro concorda expressamente com alteração a ser realizada o contrato do empregado representado por sua categoria profissional em relação aos horários a serem trabalhados.
 9. **MULTA** - O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Acordo Coletivo obrigará a EMPRESA a pagar multa equivalente ao valor de 01 (um) Salário Mínimo Profissional da categoria, por empregado, e em benefício do mesmo.
Parágrafo primeiro: Os valores decorrentes da aplicação da multa prevista no caput da presente cláusula deverão ser recolhidos ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul, que fará o repasse aos respectivos empregados.
Parágrafo segundo - O recolhimento da multa prevista no caput da presente cláusula deverá ser realizado no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da comunicação da irregularidade pelo sindicato à empresa.
 10. O presente acordo vigorará no período de 1º até 31 de dezembro de 2013, ficando estabelecido que as condições ora ajustadas não se incorporarão aos contratos individuais de trabalho depois de expirado o prazo de vigência.

 SINDILOJAS VALE DO RIO PARDO 



Santa Cruz do Sul, 29 de novembro de 2013.

Afonso Schwengber
CPF nº: 172775070/53

Sindicato dos Empregados no Comércio
Santa Cruz do Sul

Henrique Jose Gerhardt
CPF nº 172.792.910-15

Sindicato do Comércio Varejista de Santa
Cruz do Sul

SINDILOJAS VALE DO RIO PARDO